

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 10/2025**
UASG: 987541**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** /2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Data de Elaboração:** 27/3/2024

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos atua diretamente com a execução de serviços, programas e ações voltadas à proteção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No exercício dessa responsabilidade pública, uma das necessidades permanentes identificadas é a de garantir o fornecimento regular de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, com o objetivo de atender demandas específicas e inadiáveis que surgem no cotidiano dos atendimentos.

No município, existe apenas uma unidade de acolhimento institucional destinada a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção. Esses acolhidos estão sob responsabilidade direta do poder público, o que impõe à administração municipal o dever de assegurar, entre outras garantias básicas, a oferta contínua de alimentação segura, equilibrada e adequada às faixas etárias atendidas. Tal necessidade está em consonância com o princípio da proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), sendo inegociável frente ao interesse público envolvido. A interrupção ou precarização dessa oferta impactaria diretamente a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento dos acolhidos, além de configurar omissão estatal frente a uma obrigação legal e constitucional.

Paralelamente, a Secretaria desenvolve, de forma sistemática, grupos de acompanhamento com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como parte da Proteção Social Básica. Esses grupos — que abrangem desde beneficiários do Programa Bolsa Família até usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) — representam uma estratégia essencial de acesso a direitos, fortalecimento da autonomia e reconstrução de vínculos comunitários e familiares. No entanto, a realidade social de boa parte do público atendido revela altos índices de insegurança alimentar, privação de renda e dificuldade de acesso a itens básicos para sobrevivência.

Dentro desse contexto, a disponibilização de lanches durante os encontros de grupo tem se mostrado uma prática eficaz e necessária, não apenas para suprir carências alimentares pontuais, mas também como elemento de incentivo à permanência dos usuários nas atividades ofertadas. Trata-se de uma ação planejada, com função social relevante, que contribui para a adesão às ações continuadas da política pública e que reconhece, de forma concreta, as limitações enfrentadas por quem vive em vulnerabilidade. Mais do que um benefício eventual, a presença de alimentos nesses espaços funciona como um fator de acolhimento, de cuidado e de respeito à dignidade dos sujeitos atendidos.

Somam-se a isso os eventos e mobilizações realizados periodicamente pela Secretaria, voltados à sensibilização comunitária, ao enfrentamento de desigualdades e à promoção de direitos. Nesses contextos, a oferta de alimentos também se vincula ao acolhimento do público e à garantia de que todos os participantes, independentemente de sua condição socioeconômica, possam estar presentes em igualdade de condições, superando barreiras materiais e simbólicas que frequentemente afastam as populações mais vulneráveis das ações estatais.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Assim, a necessidade de alimentos perecíveis e não perecíveis surge como um insumo indispensável ao cumprimento dos objetivos finalísticos da Política de Assistência Social no município. Ela está diretamente vinculada à manutenção de serviços essenciais, à promoção da segurança alimentar de públicos em situação de risco e à efetivação do princípio da dignidade humana, que deve nortear todas as ações da gestão pública.

ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A contratação está prevista no PAC 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024, atualização: 25/10/2024

III) Id do item no PCA: 3008 a 3137

IV) Classe/Grupo: Gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis Assistência Social.

V) Identificador da Futura Contratação: 987541-211/2025

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Devido à natureza da contratação, como qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de bens com características semelhantes ao objeto desta contratação;
- b) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário em plena validade.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As quantidades estimadas para compra, levam em conta o histórico de requisições e contratações desta Secretaria, bem como uma reformulação dos números de alguns itens, uma vez que recentemente foi feita uma revisão de todos os descritivos dos produtos, sendo que alguns sofreram mudanças de gramatura, o que impacta nas quantidades.

LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Diante da necessidade permanente e essencial de disponibilização de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, foi realizada uma análise crítica e fundamentada das alternativas existentes para o atendimento da demanda pública identificada. Esta análise tem por objetivo garantir que a solução escolhida esteja alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência, da continuidade do serviço público e, sobretudo, da legalidade e do dever do Estado em garantir direitos fundamentais.

Inicialmente, foi considerada a possibilidade de celebrar parcerias com organizações da sociedade civil, nos moldes previstos pela Lei nº 13.019/2014. Contudo, tal hipótese mostrou-se inviável frente à realidade local. As poucas entidades existentes no município com atuação social voltada a públicos vulneráveis já enfrentam graves dificuldades para se manterem ativas, dependendo rotineiramente de campanhas de arrecadação, rifas e doações para garantir sua própria subsistência. Essas organizações, embora exerçam papel relevante na rede de proteção social complementar, não possuem estrutura financeira, logística e operacional para assumir o compromisso contínuo e sistemático de fornecimento de alimentos, tampouco dispõem de condições mínimas para gerenciar estoques, realizar compras regulares, atender padrões nutricionais ou cumprir cronogramas de entrega que garantam o abastecimento diário necessário à política pública de assistência social.

Além disso, cabe destacar que, mesmo que houvesse entidades aptas e estruturadas, essa alternativa seria limitada pela natureza da demanda e pelo dever indelegável do poder público. A alimentação de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, por exemplo, constitui obrigação direta, intransferível e contínua da administração pública, conforme o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que impõe ao Estado o dever de assegurar, com absoluta



prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde e à alimentação. Da mesma forma, a garantia de condições mínimas de permanência de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade nos grupos de acompanhamento, mediante o oferecimento de lanches, não pode ser transferida a entes privados sob pena de desresponsabilização do Estado e descaracterização da própria política pública.

Foi ainda analisada a possibilidade de o fornecimento de alimentos ser viabilizado por meio de doações regulares de supermercados, padarias, entidades filantrópicas e demais parceiros privados. Embora tais doações sejam bem-vindas como forma pontual de apoio à rede socioassistencial, elas não oferecem qualquer previsibilidade, padronização, regularidade ou garantia de atendimento das quantidades e especificidades nutricionais necessárias. A administração pública não pode condicionar a execução de serviços essenciais à eventualidade da caridade privada. Apoiar-se nesse modelo traria grave risco de descontinuidade do atendimento, além de configurar fragilidade institucional e omissão administrativa diante de direitos constitucionalmente assegurados.

Outra alternativa cogitada foi a centralização total do fornecimento de alimentos por meio da estrutura administrativa da própria Secretaria, com aquisição em atacado, estocagem e distribuição interna. Essa hipótese também foi descartada, por ser operacional e economicamente inviável. A Secretaria não dispõe de espaço físico adequado para armazenamento seguro e climatizado de grandes volumes de alimentos, especialmente os perecíveis, tampouco possui equipe técnica ou de apoio com qualificação e disponibilidade para realizar os processos logísticos necessários, tais como separação, controle de validade, entrega fracionada e manutenção de padrões sanitários. A implementação desse modelo exigiria investimentos elevados em infraestrutura, contratação de pessoal e ampliação da estrutura administrativa, o que contraria os princípios da economicidade e da proporcionalidade diante de uma demanda que pode ser atendida de forma mais eficaz por outras vias.

Diante de todas as alternativas analisadas, a única solução viável, técnica e economicamente justificável, é a aquisição direta dos gêneros alimentícios pela administração pública, com fornecimento regular mediante cronograma pactuado, conforme as necessidades específicas e contínuas dos serviços socioassistenciais. Essa escolha está plenamente respaldada não apenas pela análise de viabilidade técnica e econômica, mas também pela obrigação legal do Estado de prover, com regularidade e qualidade, os meios necessários para a proteção social dos cidadãos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade, como previsto na Constituição Federal (art. 6º e art. 23, inciso II), na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e na Lei nº 14.133/2021.

Trata-se, portanto, de uma escolha que se impõe não por conveniência, mas por exigência jurídica, ética, técnica e administrativa, representando a solução mais racional, eficiente e segura para garantir o cumprimento dos objetivos da Política de Assistência Social no município de Dois Vizinhos.

Nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, faz-se necessária a análise sobre o enquadramento da atividade de aquisição de alimentos – está enquadrada entre as hipóteses abrangidas pelo regime do Simples Nacional. A legislação estabelece que o Simples Nacional é um regime tributário simplificado destinado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que suas atividades não estejam entre aquelas vedadas pela lei.

No caso em análise, a aquisição de alimentos, atividade que, por si só, não configuram vedações explícitas ao enquadramento no Simples Nacional, conforme as disposições da Lei Complementar nº 123/2006. Assim, empresas optantes por este regime tributário podem participar do certame, desde que atendam aos critérios de capacidade técnica e operacional estabelecidos no edital. Com base nisso, o edital será redigido para garantir ampla concorrência, observando os princípios da isonomia e competitividade, permitindo a participação de empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que atendam aos requisitos legais. A redação do edital assegura a verificação do enquadramento tributário das empresas participantes, sem prejuízo de eventual impedimento, caso se identifique vedação específica ao regime do SIMPLES.



Portanto, conclui-se que a aquisição de alimentos pode ser realizada com empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que cumpram as condições legais, não havendo impedimentos que comprometam a legalidade ou competitividade do certame. Assim, a redação adotada no edital é justificada e está em conformidade com os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021):

Estima-se o valor da contratação em R\$ 274.257,80 (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos). O valor estimado teve como base o valor dos produtos lançado no Pregão Eletrônico nº 006/2023, acrescido do índice INPC acumulado dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, que no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar foi de 9,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento), já para os novos itens, foram consultados um valor mediano na internet.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução consiste na aquisição planejada e contínua de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis pela administração pública, com entrega fracionada conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, a fim de atender de forma segura, regular e adequada as demandas específicas da política pública de assistência social no município de Dois Vizinhos. Os alimentos serão destinados, prioritariamente, à oferta diária de refeições para crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, bem como à preparação de lanches servidos nos grupos de acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, e ainda aos eventos e mobilizações promovidos pela Secretaria, em que a alimentação se constitui como instrumento de acolhimento, incentivo à participação e fortalecimento dos vínculos comunitários. Trata-se de uma solução que assegura o cumprimento de obrigações legais do poder público e promove a dignidade dos usuários do SUAS, garantindo a efetividade e a continuidade dos serviços ofertados.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

O parcelamento da contratação justifica-se pela natureza da demanda e pela própria característica dos itens a serem adquiridos, que envolvem gêneros alimentícios diversos, com diferentes prazos de validade, formas de acondicionamento, rotinas de consumo e frequências de uso. Considerando que os alimentos perecíveis exigem entrega em menor escala e com maior regularidade, e que os não perecíveis podem ser adquiridos em quantidades maiores e com menor frequência, a divisão da contratação em lotes compatíveis com essas especificidades permite melhor planejamento logístico, redução de perdas por vencimento ou deterioração e maior eficiência na utilização dos recursos públicos. Além disso, o parcelamento estimula a competitividade entre fornecedores, possibilitando a participação de empresas de pequeno porte ou com especialização em determinados grupos de produtos, sem prejuízo à economicidade e à padronização da qualidade. A medida está em plena conformidade com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência, assegurando o atendimento integral das necessidades da Secretaria sem comprometer a continuidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)



Com a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, espera-se garantir a oferta contínua e adequada de refeições às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, bem como a preparação de lanches servidos nos grupos de atendimento socioassistencial e nos eventos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os resultados pretendidos incluem: assegurar o cumprimento das obrigações legais do poder público no que se refere ao direito à alimentação (especialmente no âmbito do acolhimento institucional), promover a permanência e participação qualificada das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade nos grupos de acompanhamento, além de fortalecer o acolhimento e a inclusão social por meio da oferta de alimentos nos eventos públicos da pasta. Espera-se, ainda, maior eficiência no uso dos recursos públicos, com planejamento adequado da demanda, minimização de perdas e garantia de qualidade nutricional e sanitária dos produtos consumidos.

Os bens a serem adquiridos — como leite, arroz, feijão, frutas, hortaliças, carnes, pães, bolachas, sucos e outros gêneros alimentícios de consumo cotidiano — são classificados como bens comuns, conforme o disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que os define como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.” Trata-se de produtos amplamente disponíveis, com características padronizadas, cujos requisitos podem ser claramente descritos no termo de referência, permitindo julgamento objetivo das propostas e ampla competitividade entre fornecedores. A adoção dessa classificação assegura simplicidade processual, economicidade e respeito aos princípios da legalidade, eficiência e isonomia no âmbito da contratação pública.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não foram identificadas providências a serem tomadas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Martha Daniela Carboni

• A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.
CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, por si só, não configura atividade de significativo impacto ambiental, uma vez que se trata de fornecimento de



bens de consumo cotidiano, com características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado. No entanto, é possível reconhecer que determinadas etapas do processo, como o transporte dos produtos, o uso de embalagens plásticas descartáveis e o descarte inadequado de resíduos alimentares ou materiais de acondicionamento, podem gerar impactos ambientais indiretos.

Entre os possíveis impactos estão: o aumento na geração de resíduos sólidos (principalmente embalagens plásticas, papelão e isopor), o consumo de combustíveis fósseis durante a logística de entrega (com emissão de gases de efeito estufa), e o descarte inadequado de alimentos vencidos ou deteriorados, que pode gerar contaminação do solo e da água se não forem observadas as normas de manejo e descarte correto.

Como medidas mitigadoras, a Secretaria adotará práticas de controle no recebimento e no armazenamento dos produtos, assegurando o cumprimento rigoroso dos prazos de validade e das condições sanitárias, com vistas a minimizar perdas e desperdícios. Sempre que possível, será priorizada a aquisição de produtos com embalagens recicláveis e/ou biodegradáveis, e será recomendada a fornecedores a utilização de embalagens com menor volume de material não reciclável. Quanto à destinação de resíduos, os alimentos impróprios para o consumo humano serão descartados de acordo com as orientações da vigilância sanitária e da política municipal de resíduos sólidos, buscando parcerias com o setor de agricultura ou instituições que possam reaproveitar orgânicos para compostagem, quando viável. Já as embalagens serão devidamente separadas e encaminhadas à coleta seletiva, conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a política ambiental local.

CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A contratação é adequada e necessária para garantir o atendimento regular e seguro das demandas da política de assistência social, assegurando alimentação às crianças acolhidas institucionalmente, bem como apoio à participação de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade nas ações e grupos acompanhados pela Secretaria, cumprindo obrigações legais e promovendo o interesse público de forma eficiente e planejada.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Se trata da aquisição de bens comuns de forma contínua.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de Licitação: Pregão.

Critério de julgamento: Menor preço

Modo: Aberto.



A forma de contratação proposta — modalidade pregão, critério de julgamento por menor preço e modo de disputa aberto — mostra-se adequada e eficiente para a seleção da proposta mais vantajosa, considerando que se trata da aquisição de bens comuns, com especificações objetivas e ampla oferta no mercado, permitindo ampla competitividade, economicidade e agilidade processual ao longo de todo o ciclo de vida do objeto.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Atestado de Capacidade Técnica: Este documento é exigido para comprovar que o fornecedor possui experiência prévia e capacidade operacional para atender às especificações técnicas do objeto contratado. O fornecimento de alimentos, especialmente aquelas que incluem itens perecíveis como proteína de frango, exige estrutura logística e operacional adequadas, incluindo armazenamento e transporte em condições que preservem a integridade e a qualidade dos alimentos. O atestado garante que a empresa já tenha atuado com sucesso em demandas semelhantes, minimizando riscos de execução inadequada e garantindo a entrega dentro dos padrões estabelecidos.

Licença Sanitária: A apresentação de licença sanitária válida é uma exigência que visa assegurar que os fornecedores estão em conformidade com as normas de saúde e segurança alimentar estabelecidas pelos órgãos competentes. A inclusão de itens alimentícios requer rigor no cumprimento de padrões sanitários para evitar contaminações e prejuízos à saúde dos beneficiários. Essa exigência também assegura que os fornecedores possuem instalações adequadas, sejam elas para armazenamento ou manuseio dos produtos, promovendo a confiança na qualidade dos alimentos entregues.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Risco Identificado	Dano Potencial	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Inadimplemento ou atraso na entrega dos alimentos	Desabastecimento para os acolhidos e grupos, comprometendo o atendimento social	Exigir cronograma detalhado, habilitação técnica e previsão de penalidades no edital	Aplicar penalidades contratuais, convocar o segundo colocado ou promover nova contratação emergencial
Fornecimento de alimentos fora do padrão de qualidade	Risco sanitário, perda de alimentos, prejuízo à saúde dos usuários	Estabelecer critérios rigorosos de qualidade e validade no termo de referência; fiscalização na entrega	Rejeição imediata dos produtos, substituição às custas da contratada, acionamento da vigilância sanitária



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Oscilação de preços no mercado alimentício	Risco de inexecução ou abandono do contrato	Realizar ampla pesquisa de preços atualizada e considerar margens realistas de variação	Reequilíbrio econômico-financeiro, se cabível, ou novo procedimento licitatório
Dificuldades logísticas do fornecedor	Atrasos nas entregas e falhas na distribuição conforme demanda	Exigir capacidade operacional mínima, cronograma escalonado e logística adaptada no edital	Reprogramação emergencial com fornecedores locais, ou aquisição complementar emergencial
Estocagem inadequada por parte da administração	Perda de produtos, vencimento e descarte	Planejamento de entregas fracionadas conforme capacidade de armazenamento	Readequação do cronograma de entregas e redistribuição interna
Ausência de competitividade no certame	Preço elevado e risco de deserto ou fracasso da licitação	Lotes bem estruturados, especificações claras e ampla divulgação	Redefinição dos lotes ou relançamento do certame com ajustes técnicos

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Tendo em vista a natureza da contratação, todo o processo terá caráter aberto

Dois Vizinhos, 27 de março de 2025.

Cátia Bonin
Secretária de Assistência Social e Cidadania
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19025-1